

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E CRÉDITO

(Crédito Privado + Fundos de Fundos + Carteira Administrada)

Versão Atualizada: Outubro/2024

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E CRÉDITO

Objetivo

Formalizar os processos decisórios de investimento dos veículos a cargo da HORIZONTE CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA. (“GESTORA”).

A quem se aplica?

Sócios, diretores e funcionários que participem, de forma direta, das atividades diárias de gestão dos veículos de investimento da GESTORA (“Colaboradores”).

Os Colaboradores devem atender às diretrizes e procedimentos estabelecidos nesta política (“Política”), informando qualquer irregularidade ao(s) Diretor(es) de Risco, Compliance e PLD.

Revisão e Atualização

Esta Política deverá ser revisada e atualizada a cada 2 (dois) anos, ou em prazo inferior, caso necessário em função de mudanças legais, regulatórias, autorregulatórias ou estruturais da GESTORA.

Estrutura e Responsabilidades

Os sócios e diretores são responsáveis pela definição do processo decisório e de governança corporativa da GESTORA, cabendo ao Diretor de Gestão o direcionamento e decisão dos processos decisórios de investimento dos veículos por ela geridos.

A negociação, no âmbito desta Política, abrange quaisquer formas de cessão, empréstimo, alienação ou transferência de valores mobiliários, seja por meio de transação pública ou privada.

Diretor de Gestão

Competência:

- analisar, ratificar ou alterar o cenário-base de investimentos;
- propor e aprovar estratégias, ativos, instrumentos e modalidades operacionais, emissores, nível de liquidez e mercados passíveis de investimento e seus limites;
- analisar e aprovar:

- alocação para emissores recorrentes de renda fixa, no caso de instituições financeiras (limites por instituição);
 - propostas de alocação em ativos específicos de emissão corporativa e assemelhados (debêntures, FIDCs, NPs etc.);
 - análise e revisão do portfólio de FoFs (análise dos fundos investidos);
 - aprovação de novos gestores e fundos para alocação (seja em FoFs ou demais fundos);
 - monitoramento de fundos investidos, análises de fatos relevantes e revisões de *due diligences* de gestores em que exista alocação de recursos;
 - propostas específicas de crédito estruturado;
 - operações relativas a ativos imobiliários, créditos e operações relacionadas;
 - demais operações que possam ser consideradas como de crédito privado de maior complexidade, não listadas acima;
- acompanhar e monitorar a qualidade de crédito dos ativos, emissores e contrapartes, e sugerir/decidir ajustes, se necessário.

Os ativos, emissores, instrumentos e modalidades operacionais, nível de liquidez, mercados e limites são determinados pelo Diretor de Gestão, bem como o(s) regulamento (s) do fundo sob gestão com sua(s) respectiva(s) política(s) de investimento e limites estabelecidos, que deverão ser observados em seu processo de investimento.

Novas contrapartes precisam ser diligenciadas e ratificadas pelo Diretor de Compliance e PLD.

Princípios e Obrigações

São vedadas quaisquer operações que:

- apresentem conflito de interesse, ainda que apenas potencial, seja em nome próprio, em nome da GESTORA, ou em nome de seus clientes (para os fins deste documento, inclui-se nas operações “em nome próprio”, “em nome da GESTORA” ou “em nome de seus clientes” todo e qualquer veículo de investimento, carteira sob gestão ou influência, estruturas, empresas ou terceiros sob influência direta, utilizados, estruturados ou contatados com o intuito de burlar esta Política). Qualquer eventual exceção deverá ser prévia e expressamente aprovada pelo Diretor de Compliance e PLD;
- aproveitem modificações no mercado decorrentes de negociações realizadas para clientes ou em carteira própria, de que tenha conhecimento o Colaborador;
- sejam realizadas com base em informações privilegiadas ou confidenciais de clientes;
- descumpram períodos de *blackout* de companhias ou outros emissores de ativos nos quais Colaboradores possuam participações relevantes, cargos estatutários¹, ou nos

¹ Tais como conselheiros, diretores, administradores, membros do Comitê de Auditoria ou do Conselho Fiscal.

quais os Colaboradores estejam envolvidos em oferta pública de distribuição, ou a assessorando;

- envolvam valores mobiliários de companhias incluídas na Lista Restrita de Ativos da GESTORA (“Lista Restrita”);
- visem à criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários/ativos financeiros, à manipulação, à realização de operações fraudulentas, ou a uso de práticas não equitativas;
- estejam em desacordo com os padrões éticos defendidos pela GESTORA.

Lista Restrita de Ativos

Regras Gerais

A Lista Restrita consiste num rol de empresas, emissores e ativos (inclusive ativos de natureza imobiliária, crédito ou cotas de fundos), que apresentem – ou haja a possibilidade de apresentarem - conflito de interesse com a GESTORA ou veículos geridos por ela.

Posições de Ativos Incluídos na Lista Restrita

Caso uma empresa entre na Lista Restrita, a GESTORA deve identificar internamente operações contidas nas carteiras, fundos e classes de clientes e demais posições sob gestão envolvendo a referida empresa.

Colaboradores devem comunicar ao Diretor de Compliance e PLD, caso detenham posições em tais ativos ou derivativos a eles relacionados.

Os ativos relacionados na Lista Restrita detidos pela GESTORA, por veículos sob sua gestão, ou pelos Colaboradores, devem ser objeto de análise do Diretor de Compliance e PLD, com registro das orientações dadas à equipe de Gestão (manutenção ou venda dos ativos detidos) e aos Colaboradores sobre suas posições pessoais.

A decisão sobre as providências tomadas em relação a qualquer ativo relacionado na Lista Restrita (manutenção ou venda) deve ser objeto de registro escrito para imediata implementação.

Em relação aos ativos incluídos na Lista Restrita, é recomendável especial atenção aos casos de posições em aberto relacionadas a este ativo em:

- empréstimos de valores mobiliários;
- opções (tanto na compra quanto na venda);
- termo;
- *swaps* e demais derivativos.

Para casos omissos, o Diretor de Compliance e PLD deve ser consultado - qualquer eventual exceção deverá ser prévia e expressamente aprovada pelo Diretor de Compliance e PLD.

Controles

O processo de controle é realizado pelo Diretor de Compliance e PLD, que é responsável pela elaboração e atualização da Lista Restrita. Cabe ao Diretor de Compliance e PLD:

- divulgar imediatamente a Lista Restrita atualizada aos Colaboradores, quando da inclusão ou retirada de um ativo de seu teor;
- acompanhamento e monitoramento da Lista Restrita;
- levar ao Comitê Executivo qualquer situação em que acredite ser necessária discussão, análise ou decisão colegiada.

Melhores Práticas de *Trading*

Caberá aos *traders* o cumprimento das determinações desta Política, e aos gestores dos veículos a cargo da GESTORA, avaliar e aprovar ordens executadas fora dos procedimentos normais ou do horário comercial.

O gestor responsável deverá enviar para as Diretorias de Risco, Compliance e PLD relatório com a lista de todos os *trades* executados fora do horário comercial. As Diretorias de Risco, Compliance e PLD então deverá checar se houve as devidas autorizações para os respectivos *trades* e se as execuções se deram dentro dos parâmetros aprovados.

A Área de Gestão adota procedimentos para a execução segura de operações no mercado financeiro e de capitais, mediante registros como telefones, e-mails e demais sistemas e ferramentas relacionados. As negociações e execuções de ordens devem se dar através de fluxos adequados, fazendo uso dos registros, em horário comercial.

Caso haja necessidade de emissão de ordem fora destes padrões, como exceção - em situações pontuais, e na legítima defesa dos interesses econômicos dos clientes - é obrigatório o registro de que houve uma ordem necessária, fora da regra padrão.

Negociação de Ativos Entre Carteiras e Clientes

Na hipótese de negociações entre veículos de investimento a cargo da GESTORA, é obrigatório o atendimento das regras abaixo:

- a negociação entre veículos geridos é livre, em condições de mercado, desde que faça sentido econômico para a estratégia/mandato tanto da carteira compradora quanto da carteira vendedora;
- a negociação precisa ser objeto de registro para controle (a posteriori) do Diretor de Gestão e do Diretor de Compliance e PLD, registrando as motivações da operação para o comprador e para o vendedor, e o conflito potencial;
- a negociação precisa ser feita SEMPRE a valores de mercado, com o devido registro e evidência do preço praticado no momento da operação, e das respectivas condições de mercado;

- ativos líquidos – caso o ativo tenha negociação líquida no mercado secundário, com *spread* de compra e venda diário (“*bid and ask*”), a negociação precisa ser aprovada previamente pelo gestor responsável, com registro que demonstre as condições de preço de mercado;
- ativos ilíquidos - caso o ativo não tenha negociação líquida no mercado secundário, a negociação precisa ser aprovada previamente pelo Diretor de Gestão, acompanhada de avaliação técnica que dê suporte ao preço praticado na operação.

ANEXO I

Práticas Relacionadas a Crédito Privado

A aprovação de limites de crédito é atribuição do Diretor de Gestão, cabendo-lhe também a sua análise, seleção final e gestão.

O Diretor de Gestão é responsável pela definição da lista de ativos (emissores e contrapartes) – bem como seus limites – e nos quais tem a intenção de investir, devendo apresentar tal lista também ao Diretor de Compliance e PLD.

A proposição de limites para contrapartes, emissores e na aprovação de ativos específicos, deve ser precedida de (no que couber):

- acesso às informações que o respectivo gestor julgar necessárias à devida análise de crédito para compra e acompanhamento do ativo;
- análises jurídicas, de crédito, de compliance e de riscos de operações com crédito privado, que possibilitem a avaliação do negócio e o acompanhamento do título após sua aquisição;
- acesso a documentos integrantes da operação, demonstrações financeiras, prospectos, ou demais informações técnicas e legais acessórias ao emissor, contraparte ou ativo;
- no caso de operações com garantia real ou fidejussória, é necessária especial atenção à descrição das condições aplicáveis ao seu acesso e execução.

Os ativos, emissores e contrapartes deverão ser objeto de monitoramento periódico do risco de crédito envolvido na operação, assim como a qualidade e capacidade de execução das garantias, enquanto o ativo permanecer nas carteiras geridas.²

Os procedimentos adotados para controle dos limites por emissor estão definidos na Política de Gestão de Risco da GESTORA.

As avaliações da qualidade dos créditos integrantes dos veículos a cargo da GESTORA e seu monitoramento devem ser formalizadas de acordo com o Anexo II, e ficarão disponíveis para o(s) respectivo(s) administrador(es) fiduciário(s) e para a fiscalização por parte da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Quando as operações envolverem empresas controladoras, controladas, ligadas e/ou sob controle comum com a GESTORA, deverão ser observados os mesmos critérios utilizados em operações com terceiros, com a manutenção da documentação utilizada, de forma a comprovar a realização das operações em bases equitativas.

Somente poderão ser adquiridos ativos de crédito privado emitidos por pessoas jurídicas cujas demonstrações financeiras sejam auditadas anualmente por auditor independente autorizado pela CVM e/ou Banco Central (obs: não aplicável nos casos de ativos que integrem as carteiras

² Podendo, para tanto, ser requeridos documentos diversos, tais como demonstrações financeiras, certidões (judiciais, administrativas e/ou de protestos), pesquisas de *credit score*, *rating* (do ativo e/ou do emissor), clippings de notícias, bem como quaisquer outros elementos reputados necessários/convenientes pelos Diretores de Gestão ou de Compliance e PLD.

de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs a cargo da GESTORA).

Nos casos acima, excetuam-se créditos privados que contem com:

- cobertura integral de seguro; ou
- carta de fiança emitida por instituição financeira; ou
- coobrigação integral por parte de instituição financeira ou seguradoras ou empresas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditor independente autorizado pela CVM e/ou Banco Central.

No caso de desenquadramentos/ultrapassagens dos limites estipulados por ativo ou emissor, a Área de Risco deverá cientificar imediatamente a Área de Gestão, e providenciar o posterior reporte do(s) caso(s) ao Diretor de Risco e junto ao órgão regulador, quando aplicável.

Nessas hipóteses, o Diretor de Risco deverá solicitar um plano de ação à Área de Gestão, para que o fundo/carteira volte a se enquadrar, inclusive mediante a exigência de desmonte da posição, se e quando necessário.

ANEXO II

Quadro Sinótico da Metodologia de Avaliação e Monitoramento de Crédito Privado por Classe de Ativo (obs: conforme política/mandato estipulado para cada veículo)

Ativo	Procedimento	Documentação Mínima	Periodicidade do Monitoramento
Debêntures Notas Promissórias	Conforme Política	<ul style="list-style-type: none">- Documentos legais do emissor (ex: documentos constitutivos do emissor, estatuto, contrato social etc.)- Documentos da operação (prospectos, escrituras, material publicitário etc.)- Escritura da emissão e demais contratos relativos à operação- Parecer jurídico sobre a operação e suas condições <p>(Obs: documentação integral não necessária se se tratar de oferta pública registrada/dispensada de registro pela CVM, ou de companhia listada)</p> <p>Caso de demais ofertas, adicionalmente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Verificações e Certidões do emissor e	<ul style="list-style-type: none">- Conforme necessidade, recomenda-se mínimo semestral (ou mediante tela, se listada)

		seus principais sócios, cônjuges e parentes até 2.º grau; - Certidões de cartórios relativamente a ônus, garantias e gravames.	
Derivativos de Crédito	Conforme Política	Documentação atestando a solvência/idoneidade da respectiva central de registro/liquidação e da contraparte da operação	- Diariamente, mediante tela
COEs	Conforme Política	- Caso haja risco de crédito no <i>pay off</i> na operação, o Diretor de Gestão irá definir critérios prévios de análise. A aprovação de limite de aquisição de COE por instituição financeira deve ser cumulativa aos limites de CDBs	- Conforme necessidade, mínimo trimestral
CDBs	Conforme Política	- Verificação de índices de solvência, capital, lucratividade etc.; - Documentação (check list definido em Comitê) atestando a solvência da instituição e pareceres dos respectivos Conselhos Fiscais (Obs: não necessário para bancos de primeira linha, com rating mínimo definido pelo Comitê Executivo)	- Conforme necessidade, mínimo semestral, com a avaliação de resultados das instituições
CCBs	Conforme Política	- Documentação atestando a	- Conforme necessidade, mínimo trimestral

		<p>solvência da instituição e pareceres dos respectivos Conselhos Fiscais</p> <p>(Obs: não necessário para bancos de primeira linha, com rating mínimo definido pelo Comitê Executivo)</p>	
LCIs	Conforme Política	<p>- Documentação atestando a solvência da instituição e pareceres dos respectivos Conselhos Fiscais</p> <p>(Obs: não necessário para bancos de primeira linha, com rating mínimo definido pelo Comitê Executivo)</p>	- Conforme necessidade, mínimo semestral
LCAs	Conforme Política	<p>- Documentação atestando a solvência da instituição e pareceres dos respectivos Conselhos Fiscais</p> <p>(Obs: não necessário para bancos de primeira linha, com rating mínimo definido pelo Comitê Executivo)</p>	- Conforme necessidade, mínimo semestral
Outros ativos imobiliários (CCIs, CRIs etc.)	Conforme Política	<p>- Documentos constitutivos do emissor (estatuto, contrato social etc.)</p> <p>- Certidões do emissor e seus principais sócios, cônjuges e parentes até 2.º grau</p> <p>- Certidões de cartórios relativamente a ônus,</p>	- Conforme necessidade, mínimo trimestral (ou mediante tela, se oferta pública)

		<p>garantias e gravames</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escritura da emissão/Termos de Securitização e demais contratos relativos à operação - Parecer jurídico sobre a operação e suas condições <p>(Obs: documentação integral não necessária se se tratar de oferta pública registrada/dispensada de registro pela CVM companhia listada)</p>	
Outros ativos agro (CDCAs, CRAs etc.)	Conforme Política	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos constitutivos do emissor (estatuto, contrato social etc.) - Certidões do emissor e seus principais sócios, cônjuges e parentes até 2.º grau - Certidões de cartórios relativamente a ônus, garantias e gravames - Escritura da emissão/Termos de Securitização e demais contratos relativos à operação - Parecer jurídico sobre a operação e suas condições <p>(Obs: documentação integral não necessária se se tratar de oferta pública registrada ou dispensada de registro pela CVM/companhia listada)</p>	- Conforme necessidade, mínimo trimestral (ou mediante tela, se oferta pública)

<p>Outras Cédulas, Letras e Certificados</p>	<p>Conforme Política</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos constitutivos do emissor (estatuto, contrato social etc.) - Certidões do emissor e seus principais sócios, cônjuges e parentes até 2.º grau - Certidões de cartórios relativamente a ônus, garantias e gravames - Contratos relativos à operação - Parecer jurídico sobre a operação e suas condições <p>(Obs: documentação integral não necessária se se tratar de oferta pública registrada ou dispensada de registro pela CVM/companhia listada)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conforme necessidade, mínimo trimestral
----------------------------------------------	--------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

ANEXO III
Gestão de Fundos de Fundos (“FoFs”)

Princípios e Obrigações

A alocação dos fundos e classes de investimento da GESTORA em fundos e classes de terceiros precisa ser precedida da análise e aprovação destes fundos, classes e gestores pelo Diretor de Gestão.

Após a aprovação e a efetiva alocação, é responsabilidade da Área de Gestão praticar o monitoramento e acompanhamento dos fundos e gestores externos, principalmente no que tange às variáveis relativas ao desempenho do gestor/fundo.

O processo deve considerar como princípios norteadores:

- análise quantitativa/database;
- análise qualitativa/governança;
- Seleção de Gestores, Fundos e Classes;
 - ✓ monitoramento recorrente:
 - i performance & risco;
 - ii governança/acompanhamento Institucional

Processo de Investimento e Monitoramento

O processo de seleção, aprovação e monitoramento para investimento em fundos de terceiros está descrito a seguir, por etapas:

1-) Análise Quantitativa/Database – A GESTORA realiza o *screening* constante dos melhores segmentos e alternativas de gestores e fundos no mercado, de acordo com suas percepções de quais são as melhores estratégias de investimento (ativas ou passivas) nos diversos cenários econômicos, e de acordo com os perfis de investimento dos clientes da GESTORA.

A partir deste *screening* inicial, por classe de ativos, teses de investimento, estilos de gestão etc., são definidos gestores e fundos que passarão pelo processo completo de análise, para fins de aprovação para alocação.

Os gestores/fundos/classes selecionados serão classificados em *peer groups*, de acordo com suas características comuns. Passam então para uma “pré-lista” de gestores, que será objeto de uma análise mais específica, com o uso de ferramentas técnicas de dados e análise de risco.

Os selecionados seguem para a etapa de análise qualitativa.

2-) Análise Qualitativa/Governança – O universo selecionado a partir do processo quantitativo segue para esta segunda etapa, que consiste na análise do *business model* da gestora, bem como o mapeamento geral do posicionamento institucional e de mercado e risco reputacional, considerando, dentre outros fatores:

- experiência de sócios e da equipe;
- alinhamento de interesse, incentivos, estrutura de remuneração e conflitos de interesse;
- *capacity* técnico da gestora, estrutura física, equipe de análise, econômica etc.;
- estrutura interna de governança, gestão, compliance, controle de risco e políticas internas;
- posicionamento comercial no mercado (distribuidores, concentração, histórico de captação, resgates etc.);

Um relatório com o mapeamento poderá ser feito internamente ou por um prestador de serviço contratado e deverá classificar o gestor, sugerindo sua aprovação ou reprovação.

3-) Comitê Executivo – Os gestores e fundos avaliados são submetidos para análise do Comitê Executivo, que seleciona as casas de gestão e fundos/classes que efetivamente apresentam consistência de retorno e grau adequado de governança interna, e que serão aprovados para alocação pela equipe de gestão.

A análise do Comitê Executivo nos temas analisados na *due diligence*, bem como os indicadores técnicos/quantitativos. Cabe também ao Comitê a revisão constante de critérios mínimos de elegibilidade (anos de existência, PL mínimo, nível de risco etc.) e a revisão dos processos relativos a gestores e fundos/classes aprovados.

Eventualmente, o Comitê Executivo também pode estabelecer condicionantes no caso de aprovação de exceções (fundos/classes/gestores que não atinjam os critérios de elegibilidade, mas no qual o gestor encontra motivação para investimento por razões estratégicas).

4-) Monitoramento recorrente – Os fundos/gestores aprovados (e objeto de alocação) são monitorados e analisados em sessão específica do Comitê Executivo, de forma recorrente, considerando:

a. **Performance & Risco** - consistência de estratégias com o mandato e estilo do fundo/classe – manutenção constante de database com análise técnica (*performance attribution*, Índice de Sharpe, correlação com índices de mercado, *peer groups* etc.) além de *calls* e *reports* do gestor;

b. **Governança/accompanhamento institucional** – mudanças estruturais que

demandem revisão do caso (governance e fatos relevantes), além do monitoramento constante do “newsflow” sob o ponto de vista de governança, e regulatório (notícias da mídia em geral, Bloomberg, processos ANBIMA, CVM, B3 etc.); e

c. **Validação** – presença em reuniões e calls constantes com os gestores.

Check List Básico de Documentos (Gestores)

- Contrato Social e demais documentos societários;
- Apresentação Institucional;
- Políticas e Manuais (CVM/ANBIMA);
- Formulário de Referência;
- Questionário de Due Diligence ANBIMA.

ANEXO IV
Política de Gestão de Carteiras Administradas

Princípios e Obrigações

Para fins deste Anexo, configura-se como “Carteira Administrada”³ o serviço profissional de gestão de recursos de terceiros, estabelecido por meio de contrato próprio e específico de gestão de carteira administrada, no qual o gestor de recursos é contratado pelo investidor para negociar e realizar operações com ativos financeiros em seu nome, seja em uma única conta de custódia, seja através de várias contas de custódia em diferentes instituições, todas sempre pertencentes ao investidor.

A gestão de Carteira Administrada compreende:

- autonomia para realizar os investimentos e desinvestimentos, de acordo com o estabelecido em contrato, bem como o fiel cumprimento dele na íntegra;
- respeito à política de investimento, principalmente no que tange a limites e as decisões de investimento;
- gerenciamento de risco de maneira adequada e verificável;
- quando for aplicável, realizar a fiscalização dos prestadores de serviço contratados pelo Gestor.

Avaliação do Perfil do Investidor

A GESTORA adota processo apartado e independente de suitability, com o objetivo de definir a política de investimentos que será aplicável às Carteiras Administradas sob sua gestão.

O processo de avaliação do perfil do investidor para definição da política de investimentos da Carteira Administrada considera os seguintes critérios:

- objetivos e horizontes de investimento;
- necessidade de recursos a curto prazo;
- apetite/tolerância a risco;
- ciência e familiaridade com os serviços e produtos dos mercados financeiro e de capitais, bem como seu nível de escolaridade e conhecimento geral;
- todos os dados acessíveis de seu histórico de investimentos, relacionamento com a gestora, processo e perfil de *suitability*; e
- eventuais mudanças em qualquer dos critérios acima, por qualquer razão.

Haverá monitoramento, ao menos a cada 36 (trinta e seis) meses, das circunstâncias que afetem o investidor e seu portfólio, e que ensejem a continuidade ou a revisão das respectivas políticas de investimentos e mandatos (exceto no caso de investidores classificados como qualificados ou profissionais nos termos da regulação aplicável, para os quais tal obrigação não se aplica).

O serviço de consolidação de ativos financeiros – remunerado ou não - não se confunde com a gestão de uma Carteira Administrada, e não será assim denominado quando prestado isoladamente, ou quando prestado de forma acessória à atividade principal de gestão de recursos. Havendo a prestação dos dois serviços, ou isoladamente, o investidor terá conhecimento de que a consolidação de carteiras e gestão de recurso/carteiras são atividades distintas.

Política de Investimento e Custódia

As Carteiras Administradas adotarão as correspondentes políticas de investimento, formalizadas em separado ou em seus respectivos contratos (podendo ser detalhadas em documentos complementares, anexos ou políticas específicas estabelecidas pela GESTORA, em comum acordo com o investidor), na forma que melhor convir às partes, desde que haja sua ciência, nas quais serão tratados:

- critérios e limites para tomada de decisão de investimento e desinvestimento, inclusive, mas não se limitando, para crédito; e
- condições de gerenciamento de riscos consistente e passível de verificação.

Os ativos integrantes das Carteiras Administradas sob gestão deverão estar custodiados ou escriturados, conforme aplicável, em instituição(ões) devidamente autorizada(s) para tais serviços, na(s) qual(ais) o cliente mantenha em seu nome conta(s) de custódia.

Tais instituições poderão tanto ser instituições com as quais o cliente já mantém relacionamento comercial prévio, quanto instituições eventualmente sugeridas pela GESTORA.

Os recursos dos investidores em Carteiras Administradas não poderão, em hipótese alguma, se comunicar ou ser compartilhados, custodiados etc. em nome da GESTORA ou de empresas a ela ligadas, sendo sempre custodiados em nome do cliente.

Caso a GESTORA contrate prestadores de serviço de custódia e/ou controladoria, a seu critério, a serem oferecidos aos investidores em conjunto com o serviço de gestão de Carteira Administrada, caberá à GESTORA verificar se tal custodiante possui sistemas de liquidação, validação, controle, conciliação e monitoramento de informações adequado, consistente e seguro para os ativos nele custodiados. Adicionalmente, é necessário que tal prestador de serviço siga o disposto no Código de Serviços Qualificados editado e publicado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Contratação de Terceiros

A GESTORA poderá contratar terceiros para a prestação de serviços associados à gestão da Carteira Administrada, desde que devidamente habilitados, e, se for o caso, autorizados ao exercício de suas respectivas atividades.

Tal obrigação não se aplica quando tais prestadores de serviço forem diretamente contratados pelo investidor.

Caso a remuneração do prestador de serviços corra por conta do investidor, a contratação deverá ser submetida ao seu prévio consentimento, mediante a apresentação das justificativa para a contratação do terceiro, o escopo do serviço que será prestado, a qualificação da pessoa contratada, e a descrição da remuneração e da forma de pagamento do serviço contratado.

Possíveis Conflitos de Interesse

Nos casos de distribuição pública em que a GESTORA ou empresas de seu conglomerado ou grupo econômico participem do consórcio de distribuição, é admitida a subscrição de valores mobiliários para a Carteira Administrada, desde que em condições idênticas às que prevalecerem no mercado ou às que gestora contrataria com terceiros.

Demais outras situações que possam ensejar conflitos de interesse devem ser tratadas conforme a Política de Compliance e Controles Internos da GESTORA e suas demais políticas aplicáveis ao tema, especialmente as questões relativas à segregação de atividades.

Contrato de Carteira Administrada e Outras Informações

Os contratos para prestação de serviços de Carteira Administrada deverão dispor no mínimo sobre os seguintes aspectos:

- a relação e as características dos serviços que serão prestados, incluindo o conteúdo e as informações que serão prestadas ao investidor, assim como sua periodicidade;
- as obrigações e responsabilidades da GESTORA e do investidor, inclusive no que disser respeito à responsabilidade pela contratação, seja ela realizada pela GESTORA ou pelo investidor, dos serviços de custódia, controladoria, apreçamento, corretoras e outros intermediários, caso aplicável;
- a política de investimento e/ou mandato a ser adotado, incluindo os limites de investimento;
- os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários nos mercados de bolsa, de balcão, nos mercados de liquidação futura e nas operações de empréstimo de ações, conforme aplicável à política de investimentos da carteira administrada;
- a metodologia de remuneração referente à prestação dos serviços de gestão de carteira administrada;

- as informações sobre outras atividades que a GESTORA, e, caso aplicável, as entidades de seu conglomerado ou grupo econômico exerçam no mercado, e os potenciais conflitos de interesse existentes entre tais atividades e a prestação do serviço de carteira administrada; e
- as condições para aplicações, resgates e encerramento da Carteira Administrada, e, se for o caso, as condições para transferência de outros ativos financeiros de titularidade do investidor para a Carteira Administrada.

A GESTORA deve ainda:³

- no caso de investidores não classificados como investidores qualificados ou profissionais, disponibilizar os valores totais das remunerações recebidas pela gestão das Carteiras Administradas aos respectivos clientes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, mantendo-se evidência do envio da respectiva informação ou relatório para fins de comprovação para a Supervisão de Mercados da ANBIMA;⁴
- dar ciência aos clientes do serviço de Carteiras Administradas acerca do recebimento de remunerações como eventual prestadora de outros serviços – mesmo se recebidas por instituições integrantes de seu conglomerado ou grupo econômico – observando-se, nesses casos, as vedações referentes a conflitos de interesse previstas na regulação em vigor, e nas políticas internas da GESTORA.⁵

Apreçamento da Carteira

Conforme as normas aplicáveis da ANBIMA, a GESTORA deve assegurar que os ativos financeiros integrantes das Carteiras Administradas sejam apreçados a valor justo.

O apreçamento dos ativos é feito seguindo os critérios das Diretrizes da CVM e da ANBIMA, utilizados, de forma adaptada, análoga e “transpostos”, dentro do contexto da atividade de Carteiras Administradas, considerando as particularidades operacionais e contratuais desta prestação de serviço.⁶

A GESTORA é responsável pelo apreçamento, a valor justo, dos ativos submetidos aos contratos de Carteira Administrada sob sua gestão, porém, caso opte pela contratação de

³ Tais obrigações são de envio obrigatório pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros, não necessariamente precisando constar no contrato de carteira administrada.

⁴ No caso de clientes considerados qualificados e profissionais nos termos da regulação em vigor, o relatório em questão poderá ser realizado em prazo diferenciado, desde que assim previsto no contrato pertinente.

⁵ A hipótese anterior não se aplica se os serviços em questão forem contratados diretamente pelo próprio cliente.

⁶ É necessária a “transposição” adaptada das previsões aplicáveis da ANBIMA relativas a fundos de investimento à dinâmica das carteiras administradas, já que não são análogas a estas certas condições legais e operacionais dos fundos de investimento, principalmente no que diz respeito à custódia centralizada, existência da figura do administrador fiduciário, cálculo de cota, regras de cotização de aplicação e resgate, estrutura condominial, risco de distribuição não equitativa de riqueza causados por episódios de iliquidez de ativos, volatilidade ou marcação a mercado falha etc. Logo, o que se espera é que se transponham, de forma adaptada, os princípios às práticas operacionais de uma carteira administrada, dado que “carteiras administradas” são em verdade uma prestação de serviço na conta de custódia do investidor, e não um veículo legal apartado, como um fundo de investimento.

terceiros para a efetiva prestação de serviço de apreçamento da carteira, tais contratados precisam estar devidamente habilitados para o exercício da atividade, e observar as diretrizes legais aplicáveis, tanto da CVM, quanto da ANBIMA.

A GESTORA atua na gestão de carteiras administradas que alocam prioritariamente em fundos de investimento, BDRs, ETFs e assemelhados. Caso haja a opção por alocação em demais ativos que tornem necessário a revisão deste documento, com metodologias alternativas de precificação, a GESTORA irá realizar tais ajustes, previamente, de modo a atender todas as exigências do “Regras e Procedimentos de Apreçamento” da ANBIMA.

Para investidores considerados “Qualificados” ou “Profissionais”, nos termos da regulação em vigor, será admitido manter na Carteira Administrada ativos financeiros marcados na curva, desde que haja previsão a respeito no contrato de Carteira Administrada.

De maneira geral, a GESTORA utilizará os seguintes critérios em relação aos ativos elencados abaixo, caso os tenha em sua carteira:

- Ações: cotações e avaliações publicamente disponíveis nas plataformas da B3.
Fonte Primária: Preço de fechamento na data;
Fonte Secundária: Último preço de fechamento, caso a ação não tenha sido negociada no dia;
- Títulos Públicos Federais: preços, cotações e avaliações publicamente disponíveis no SELIC.
Fonte Primária: Preço de fechamento na data;
Fonte Secundária: Caso não tenha havido negociação, preço definido por arbitragem da curva de juros, ou, cotações realizadas em corretoras;
- Cotas de Fundos: valores divulgados diariamente pelos respectivos administradores ou no caso de FIIs, ETFs e outros fundos negociados em mercado, seu preço de fechamento; Fonte secundária: caso haja problemas no processamento ou divulgação de cotas, valerá a última cotação disponível;
- Derivativos e Futuros: valores publicamente divulgados pela B3 ou Cetip;
- Crédito Privado: valores publicamente divulgados pela B3 ou Cetip, conforme o caso;
- Ativos cotados em Dólar: os valores serão convertidos em reais pela PTAX de venda do último dia do mês.

Detalhamentos de situações e ativos peculiares, exceções, tratamento de episódios de iliquidez, derivativos, crédito estruturado etc. devem ser especificados pela GESTORA em documentos internos, políticas, atas de comitê etc., elucidando tais critérios formalmente, e seguindo os critérios aceitos pela CVM e ANBIMA.

O Diretor de Risco será responsável pelo apreçamento de ativos, devendo haver as competentes políticas aplicáveis à mitigação de conflitos de interesse, bem como a devida segregação, no caso de exercício, pela GESTORA, ou por empresas de seu grupo/conglomerado econômico, de atividades que possam gerar potenciais conflitos de interesse com a atividade de gestão de Carteiras Administradas.

Crédito Privado

São válidas e obrigatórias, para as Carteiras Administradas, as mesmas regras formais de governança estabelecidas para fundos de investimento e suas classes, no que diz respeito à aprovação, aquisição e monitoramento de ativos de crédito privado.

Logo, de uma maneira geral, as previsões relativas ao tema constantes nesta Política de Investimento e Crédito são aplicáveis tanto aos fundos a cargo da GESTORA, quanto às suas Carteiras Administradas.

A critério da GESTORA, tais regras poderão ser afastadas/dispensadas:

- quando da aquisição, pela Carteira Administrada, de cotas de fundos/classes de investimento que possuam em suas carteiras ativos de crédito privado; e
- na hipótese de o serviço de gestão de Carteira Administrada ser prestado exclusivamente para investidores considerados profissionais ou qualificados.

Monitoramento de Créditos Privados

A GESTORA monitora os ativos de crédito privado adquiridos, de modo a acompanhar os riscos envolvidos nas operações, bem como a qualidade e capacidade de adimplemento do crédito e de execução das garantias enquanto o ativo permanecer nas carteiras sob sua gestão: a periodicidade, critérios e metodologias para tanto seguem o teor pertinente disposto no Anexo I da Política de Investimento e Crédito, aplicável tanto a fundos de investimento quanto às Carteiras Administradas.

Envio de dados de Carteira Administrada à ANBIMA

A GESTORA, atuando na gestão de recursos de terceiros, seja através da gestão de carteiras de clientes em geral, ou, dentro do escopo da prestação dos chamados serviços de gestão de patrimônio, envia dados específicos destas carteiras à ANBIMA, segundo os normativos da entidade.

A GESTORA realiza o envio das informações para a base de dados utilizando o ANBIMA INPUT (sistema de envio de informações da associação - www.input.anbima.com.br).

Nesta atividade, a gestora adota os seguintes princípios norteadores:

- Exatidão: as informações devem ser enviadas corretamente;
- Pontualidade: as informações devem ser enviadas dentro dos prazos estabelecidos pela ANBIMA; e
- Integridade: todas as informações requeridas devem ser enviadas, não havendo lacunas na base de dados.

A GESTORA poderá contratar terceiros para o envio de tais dados à ANBIMA, sem prejuízo de suas responsabilidades perante a ANBIMA ou a seus clientes/investidores titulares de tais dados.

Critérios, primeiro envio, frequência, data base e arquivo de envio

Critério para início de envio das informações à ANBIMA:

- Novas carteiras administradas a partir do dia 01 de setembro de 2022:
 - Início de envio a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao recebimento do primeiro aporte;
- Carteiras administradas sob gestão antes do dia 01 de setembro de 2022:
 - Fica a critério da gestora definir como data de registro na ANBIMA: ▪
 - A data em que houve o primeiro aporte; ou ▪ 31 de julho de 2022.

Frequência: primeiro envio, data base e arquivo das informações:

- O envio será sempre **mensal**, até o 10º dia útil do mês, considerando o último dia útil de dois meses anteriores ao mês do envio (m-2);

(Exemplo: Envio até o 10º dia útil do mês de setembro/22 com as informações referentes a julho/22. Envio até o 10º dia útil do mês de outubro/22 com as informações referentes a agosto/22)

- O primeiro envio de informações das carteiras administradas, a partir de 01 de setembro de 2022, será feito até o 10º dia útil do mês de setembro de 2022, tendo como base o último dia útil do mês de julho de 2022;
- A partir de então, nos meses seguintes, segue-se com envio das informações correspondentes a 3 meses atrás, sucessivamente;
- As informações, tanto cadastrais quanto periódicas constam de capítulo específico nesta política, e devem ser sempre encaminhadas em um mesmo arquivo para a ANBIMA.

A GESTORA, na hipótese de ocorrência de situações excepcionais, devidamente justificadas, que prejudiquem o envio dos dados, podem solicitar prorrogação à ANBIMA, que deverá consultar a comissão de acompanhamento para deliberação.

Sigilo de dados, LGPD e Contratos

Todos os componentes organizacionais da ANBIMA, sejam funcionários da associação, sejam representantes indicados pelas instituições participantes ou demais entidades, têm o

compromisso de guardar absoluto sigilo sobre informações e documentos de que tenham conhecimento em razão de suas funções.

A GESTORA entende que a Lei n.º 13.709, de 2018, considera:

- dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Nesta medida, os dados solicitados pela ANBIMA serão necessariamente anonimizados, com os devidos cuidados técnicos para que os dados não possam ser associados, direta ou indiretamente ao indivíduo em questão.

Na hipótese de compartilhamento com a ANBIMA de dados de clientes que possam ser considerados como dados pessoais, em qualquer hipótese, deve ser dada transparência para os investidores, assegurando que estes tenham ciência da ocorrência dessa atividade e dos direitos garantidos pela Lei.

A gestora dará ciência prévia a seus clientes (contratantes do serviço de carteira administrada) de tal obrigação de envio de dados anonimizados à ANBIMA, seja através de cláusula contratual (ou aditivo), comunicação, termo de ciência, correspondência ou equivalente.

A escolha da forma adequada de comunicação será considerada caso a caso, de acordo com as tratativas comerciais, contratos previamente assinados, estratégia comercial etc.

No caso de dados anonimizados encaminhados à ANBIMA a partir de 01 de setembro de 2022, estes têm o seu procedimento de envio descritos nas Regras e Procedimentos do Código ART ANBIMA, capítulo de Carteira Administrada.

ANEXO V

Práticas Relacionadas a Investimentos no Exterior

O investimento em ativos no exterior pelos veículos da GESTORA deverá sempre respeitar os fóruns de governança da Gestora, especialmente no que tange aos mandatos estabelecidos, as aprovações de produtos e a política de seleção de prestadores de serviço.

A GESTORA deve assegurar que as estratégias implementadas no exterior estejam de acordo com o objetivo, política de investimento, alavancagem, liquidez, e níveis de risco do veículo em questão. A GESTORA irá observar, quando da seleção e alocação em ativos financeiros no exterior, no mínimo:

- a mesma diligência e padrão utilizados quando da aquisição de ativos financeiros locais, assim como, no que couber, a mesma avaliação e seleção realizada para gestores de recursos quando da alocação em fundos domiciliados no Brasil;
- verificar e guardar as evidências de verificação que o custodiante e/ou escriturador sejam capacitados, experientes, possuam reputação ilibada e sejam devidamente autorizados a exercer suas funções por autoridade local reconhecida;
- assegurar que o administrador fiduciário, o gestor de recursos, o custodiante ou escriturador dos ativos financeiros no exterior possuam estrutura operacional, sistemas, equipe, política de controle de riscos e limites de alavancagem adequados às estratégias e compatíveis com a política de investimento do fundo ou veículo de investimento no exterior;
- assegurar que o fundo ou veículo de investimento no exterior seja regulado ou supervisionado por supervisor local;
- assegurar que os fundos ou veículos de investimento no exterior tenham suas demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente;
- assegurar que o fundo ou veículo de investimento possua política de controle de riscos e limites de exposição ao risco de capital compatíveis com a respectiva política de investimento;
- garantir a existência de um fluxo seguro e de boa comunicação com o gestor de recursos dos fundos ou veículo de investimento no exterior, assim como o acesso às informações necessárias para sua análise e acompanhamento; e
- assegurar que o valor da cota dos fundos ou veículo de investimento no exterior seja calculado, no mínimo, a cada trinta dias.

Na situação em que os ativos financeiros no exterior que não sejam registrados em sistema de registro ou objeto de depósito centralizado, a GESTORA irá verificar se esses ativos estão custodiados ou escriturados por instituição devidamente autorizada a funcionar em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida.

Especificamente, para operações com derivativos no exterior o gestor deverá observar adicionalmente, ao menos uma das seguintes condições:

- se os ativos são registrados em sistemas de registro, objeto de escrituração, objeto de custódia ou registradas em sistema de liquidação financeira, em todos os casos, por sistemas devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por supervisor local;
- se as operações são informadas às autoridades locais;
- se são negociados em bolsas, plataformas eletrônicas ou liquidadas por meio de contraparte central; ou
- se possuem como contraparte instituição financeira ou entidades a ela filiada e aderente às regras do Acordo da Basileia, classificada como de baixo risco de crédito, na avaliação do gestor, e que seja supervisionada por supervisor local.

Nos casos em que a GESTORA detiver influência direta ou indireta nas decisões de investimento dos ativos financeiros no exterior, ela irá comunicar formalmente ao administrador fiduciário essa condição e prestar todas as informações necessárias no prazo e na forma entre eles pactuados.

Monitoramento

O Diretor de Risco é o responsável pelo monitoramento dos ativos no exterior que será feito de duas maneiras:

- novos investimentos: sempre que houver nova decisão de investimento no exterior, antes da aquisição de tais ativos, a Área de Risco e seu Diretor deverão efetuar as verificações dispostas nesse anexo. O Diretor de Risco deverá vetar o investimento em ativos que não atendam as condições precedentes dispostas acima;
- Investimentos já realizados: a Área de Risco e seu Diretor deverão, no mínimo, a cada vinde e quatro meses, verificar se as condições iniciais do investimento continuam mantidas. Devendo solicitar ao Diretor de Gestão, um plano de ação para os ativos não enquadrados.

Envio de Dados à ANBIMA

Caso o gestor detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento dos fundos ou outros veículos de investimento no exterior, este deverá disponibilizar para a ANBIMA, em periodicidade e formato a ser estabelecido, os ativos integrantes das carteiras dos fundos e outros veículos investidos por meio de ferramenta disponibilizada pela Associação.